

# TERRA COLETIVA, TERRA COMUNITÁRIA: REALIDADE OU MISTIFICAÇÃO?<sup>1</sup>

María de Fátima Ferreira Rodrigues  
Depto. de Geografia - Universidade Federal da Paraíba

---

## RESUMO:

Este artigo trata de uma pesquisa realizada sobre um grupo social camponês residente no Assentamento Maceió – Município de Itapipoca (Litoral Norte do Ceará) e de suas estratégias de reprodução social, especialmente, as práticas sociais que deram origem ao *trabalho comunitário*.

## PALAVRAS-CHAVE:

camponês – comunidade – assentamento rural – solidariedades costumeiras

## ABSTRACT:

This paper is about a research realized in a peasant social group that lives in the Maceió Settlement municipality of Itapipoca (Ceará North Seaside) and is also about its social reproductions strategies, chiefly, its social practices that originated the communitarian-work.

## KEYWORDS:

peasant – community – rural settlement – usual solidarities

---

Falar sobre comunidade camponesa na sociedade moderna é, para muitos, uma *invenção*, ou simplesmente uma postura resultante de incompreensão teórica, uma mistificação. Afinal, em que bases pode assentar-se uma comunidade camponesa nesta sociedade? Como pensar questões como a competitividade, a concorrência, o poder e até mesmo a política? Segundo WOLF:

*Há sem dúvida muitas situações em que os homens cooperam e coordenam suas ações*

*para seu bem comum e individual. Mas há também aquelas em que eles falharão nas expectativas, errarão no seu julgamento social, violando a boa vontade, fraudando, enganando, transgredindo. Contudo, em uma comunidade camponesa os homens geralmente dependem mutuamente, o que lhes dá um senso de continuidade que torna a vida praticável e significativa (WOLF, 1976, p. 31).*

Sem adentrar-me nos meandros dessa discussão e considerando o processo produtivo e organi-

---

<sup>1</sup> Este artigo constitui um capítulo da minha Dissertação de Mestrado defendida em fevereiro de 1995 no Depto.

---

de Geografia - FFLCH/USP, intitulado: "Terra Camponesa Como (Re)criação - Genealogia do Lugar e da Paisagem".

zativo das comunidades residentes no Assentamento Maceió<sup>2</sup>. a questão central é o desvelar dos mecanismos e do modo de vida que lhe dão sustentáculo tarefa primordial para a compreensão das novas espacialidades da terra camponesa no Brasil - neste artigo, centrarei minhas reflexões nessa direção. Afinal, pesquisas desenvolvidas por uma gama de autores têm evidenciado novas formas de gestão da terra por diversos grupos sociais. Dentre esses o exemplo mais expressivo é a forma de gestão posta em prática pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST que, incentivando a produção coletiva e tendo como lema *Ocupar, Resistir e Produzir*, vem sendo responsável, em grande parte, pelo aumento da produtividade, nas "áreas de Reforma Agrária"<sup>3</sup>

É importante ressaltar que não há aqui nenhuma pretensão de fazer uma discussão teórica sobre a existência ou não do campesinato, tarefa já realizada anteriormente<sup>4</sup>; nem mesmo de fazer um resgate teórico das posturas de autores que já refletiram sobre esta temática. Estas devidamente explicitadas numa série de trabalhos publicados, correspondentes às bases teóricas sobre as quais se assentam as duas posições; a que postula a existência do campe-

sinato no Brasil e a que nega tal existência<sup>5</sup>; sendo tarefa daqueles que desejam aprofundar-se sobre esta temática levantar bibliografia a ela pertinente.

A discussão que trago à tona é fruto de um trabalho de campo contabilizado, em meses, na leitura e interpretação de documentos sobre a posse da terra, a organização política, e o processo produtivo no Assentamento Maceió. Foi basicamente a partir do trabalho de campo, que apreendi o sentido da terra para os camponeses do Assentamento Maceió. As diferentes denominações que eles dão para a terra ao organizarem a produção, são metáforas espaciais e estratégias de sobrevivência em sua defesa, por ser esta motivo de confrontos e embates.

Foi na luta pela terra que se gestaram as comunidades que residem no Assentamento Maceió, fortalecidas pelo trabalho de *evangelização* feito pela Igreja Católica através das CEBs. O trabalho feito pelas CEBs contribuiu, fundamentalmente, no sentido de fortalecer as práticas comunitárias no interior do Assentamento. Segundo Airton Kern, técnico do Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Traba-

<sup>2</sup> Localizado no município de Itapipoca - Litoral Norte do Ceará. o Assentamento Maceió é composto por onze localidades: *Maceió, Apiques, Córrego da Estrada, Coqueiro, Jacaré, Humaitá, Bode, Mateus, Córrego Novo, Bom Jesus e Lagoinha*. Cada uma dessas localidades, recebe a *denominação interna* de comunidade. No *Dictionnaire De La Géographie*, de autoria de Pierre George, o termo *localidade* significa "lugar determinado por uma apelação toponímica, correspondendo a uma ocupação ou um habitat. Frequentemente é sinônimo de lugarejo" GEORGE, Pierre. *Dictionnaire De La Géographie*. Paris: Presses Universitaires, 1970, p. 274. Tomando como ponto de partida o referido autor, usarei o termo localidade quando se tratar de referências externas ao Assentamento Maceió. Quando se tratar de depoimentos, informações e descrições que digam respeito ao lugar, utilizarei o termo comunidade. Ressalte-se que, embora no Assentamento Maceió o termo comunidade esteja ligado ao lugar, sua valoração maior advém do sistema de crença e da mística que caracteriza as sociedades camponesas.

<sup>3</sup> Cf. Reforma Agrária - O relatório da FAO em Debate. Rio de Janeiro: IBASE, 1994.

<sup>4</sup> Fiz esta discussão em julho de 1992 e apresentei a Comunicação: Camponeses ainda existem? no 9º Encontro Nacional de Geógrafos "Geografia Democracia e a (Des)ordem Mundial" Presidente Prudente, São Paulo: 1992. E também incluí no Relatório de Qualificação apresentado em dezembro de 1993 no Depto. de Geografia - FFLCH/USP, um capítulo intitulado: "Reflexões Sobre o Campesinato Brasileiro".

<sup>5</sup> Vale à pena destacar algumas das obras mais polêmicas que tratam deste debate: WANDERLEY, Maria de Nazaré. *O camponês: Um Trabalhador Para o Capital*. Brasília: EMBRAPA, 1984; MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1990; MARTINS, José de Souza. "Pequena Produção Agrícola - Antimito da Produção Capitalista no Campo (crítica aos críticos)". In: *A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na Nova República*. São Paulo: Hucitec, 1986; SILVA, Sérgio. *Valor e Renda da Terra*. São Paulo: Polis, 1981; SANDRONI, Paulo. *Questão Agrária e Campesinato (A Funcionalidade da Pequena Produção Mercantil)*. São Paulo: Polis, 1980.

lhador (CETRA) e profissional que dá assessoria a esses moradores, “eles ainda formam uma grande Comunidade Eclesial de Base”

Para sobreviver à extorsão da renda, feita pelos patrões antigos, as doações de alimentos, as trocas de dias, os mutirões para construir casas, plantar roçados e fazer farinha lhes bastavam. Mas para enfrentar o patrão que queria modernizar a produção, implantando um projeto de plantio de coqueiro e retirando-os da terra onde nasceram e viveram, entenderam os camponeses que só resolveria a situação com a união de TODOS em torno do mesmo fim, o de permanecer na terra. Essa foi a questão de fundo encarada por aquele grupo social ao se defrontar com o novo patrão: a Agropecuária Arvoredo Ltda., na figura do empresário Tasso Jereissati.

O confronto pela terra contribuiu para solidificar alianças internas e motivou o surgimento de estratégias próprias do campesinato em situações de crise.

As solidariedades, especialmente aquelas manifestadas no trabalho em mutirão, e as diversas ações desenvolvidas no sentido de impedir a apropriação da terra pela empresa, foram constantes e deram mais coesão ao grupo. Foi nesse processo que a forma comunitária de usufruto da terra consolidou-se; essa forma é, inegavelmente, o resultado de alianças políticas e estratégias de sobrevivência daquele campesinato.

As comunidades que compõem o Assentamento Maceió vivem tanto da produção agrícola, quanto da pesca, da coleta de algas marinhas e do artesanato. Cultivam, especialmente, mandioca, milho, feijão, batata, coco e caju. A produção é organizada de duas formas; há a comunitária, que se realiza nos “campos comunitários”<sup>6</sup>; e há a *individual*,

que se realiza nos roçados e quintais<sup>7</sup>. Já o artesanato é praticado individualmente dentro das unidades domésticas, sendo mais frequentes os trabalhos de renda e palha. A produção de renda funciona como uma fonte complementar que as mulheres levam para as famílias, prática que se estende, muitas vezes, da infância até a velhice.

Para os camponeses do Assentamento Maceió, as cercas têm a utilidade de proteger os roçados e as plantações, e nunca o sentido de apropriação individual. As famílias que residem naqueles 5.888ha de terras podem fazer seus roçados onde quiserem, sem que isso dê origem a conflitos. Esta liberdade de plantar em qualquer localidade no interior do Assentamento é amplamente utilizada, especialmente por aqueles que residem mais próximo da praia, onde os solos são menos férteis.

Existem, no Assentamento Maceió, vários *campos comunitários*, os campos de mandioca, de coqueiro e de cajueiro, onde os camponeses de cada comunidade dão, semanalmente, um dia de trabalho. A produção obtida nesses campos é dividida em partes iguais, de acordo com a quantidade de famílias que participa do trabalho. Visando o melhor funcionamento das atividades produtivas, é estabelecido um cronograma e, a cada dia da semana, um grupo de trabalhadores cuida do cultivo, da *limpa* ou da colheita nos campos. O trabalho é feito sob a orientação de um apontador<sup>8</sup>.

A produção nos Campos Comunitários é organizada com fins comerciais, embora venha obtendo financiamentos, a princípio, do Programa de Cré-

<sup>6</sup> É importante ressaltar que os camponeses do Assentamento Maceió usam tanto a expressão Campo Comunitário, como Campo Coletivo; aqui optei usar a expressão Campo Comunitário por perceber ser ela usada com mais frequência, e pelo próprio conteúdo ideológico que contém tal expressão no interior das discussões políticas.

<sup>7</sup> Por mais que a produção nos quintais e roçados contenham traços e peculiaridades do trabalho individual, ela contém também solidariedades pois as próprias relações de vizinhança e parentesco levam a isso.

<sup>8</sup> O apontador é um membro da comunidade que recebe a incumbência de registrar o nome daqueles que participam, a cada dia do trabalho, nos campos de cultivo, além de desenvolver as mesmas tarefas que os demais camponeses.

dito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA) e, a partir de 1993, do FNE<sup>9</sup>, feitos, respectivamente, através do BB e do BNB. O trabalho é, de certa forma, ritmado e ordenado para atender às demandas do capital ali investido. Isso nem sempre significa que a orientação quanto ao destino da produção não possa ser modificada. Por exemplo, devido à escassez de chuvas, a produção de mandioca do ano de 1993 não foi destinada em sua totalidade ao fabrico de raspa, conforme havia sido planejado. Parte dela, foi destinada ao fabrico de farinha para o consumo interno, e a raspa fabricada não foi vendida para fora, foi destinada ao rebanho comunitário.

Além do caráter comercial, outro traço marcante da produção nos Campos Comunitários é ser toda ela de responsabilidade do conjunto dos moradores que compõem as comunidades. Ressalte-se que são freqüentes as reclamações acerca da falta de envolvimento de alguns nos trabalhos comunitários. São mais freqüentes as reclamações a respeito da pouca participação dos pescadores nas atividades agrícolas, por serem tais atividades, segundo relatos dos camponeses, consideradas menos lucrativas<sup>10</sup>

O trabalho comunitário também se estende às hortas, que são, por sua vez, organizadas basicamente pelas mulheres. Os produtos resultantes desta atividade, tais como cheiro-verde, tomate, alface, hortelã e malva são usados no preparo da comida ou de remédios. Quanto aos demais produtos, como pimentão, nabo, agrião, cenoura, couve, e beterraba, são geralmente vendidos em Itapipoca, pois não fazem parte da dieta alimentar local<sup>11</sup>

O dinheiro obtido através desta atividade é dividido pela quantidade de mulheres responsáveis pelo cultivo das hortas. E são as mulheres do Assentamento Maceió que, falando sobre as hortas, explicitam o seu significado:

*Horta é onde existe muitos tipos de plantas que servem de remédio e plantas que servem de alimento.*

*Nasceu uma necessidade nas comunidades de se criar hortas coletivas, e, através de reuniões de mulheres com uma pessoa técnica da EMATER-CE, podemos começar a fazer algumas hortas. Vendo a necessidade de se ter uma boa alimentação, com isso, já tem algumas hortas quase se mantendo com a sua própria produção; algumas vendem verdura para comprar outros tipos de sementes que não tem plantadas.*

*Nossas hortas são tratadas só com matéria orgânica, nada de adubo químico<sup>12</sup>.*

Além da terra, todo o patrimônio das Comunidades, os equipamentos agrícolas, os caminhões, as ferramentas, a Casa de Farinha Comunitária, os rebanhos, enfim, tudo que foi adquirido via empréstimo, é comunitário. A forma de gestão desse patrimônio é decidida em assembléia. Nada pode ser vendido sem que passe pela aprovação da Assembléia Geral, apesar da existência da Comissão de Finanças e de outras comissões (Comissão de Educação, Comissão de Alimentação, Comissão de Agricultura entre outras) que ajudam a administrar o referido patrimônio. Recentemente (março de 1994), foi aprovada, em Assembléia Geral da ASCIMA, a transferência do seu patrimônio para a COPAIM. A administração de quase todo o patrimônio do Assentamento, é, atualmente, uma atribuição da Cooperativa e não mais da

<sup>9</sup> Vale ressaltar que a partir da liberação de empréstimos pelo FNE, o Assentamento Maceió passa por transformações significativas no que concerne a produção.

<sup>10</sup> Em verdade, a menor participação dos pescadores nas atividades agrícolas, advém das suas preferências pela pesca e da sua relação como o mar e não simplesmente pelo trabalho em si.

<sup>11</sup> Predomina, na dieta alimentar local, o consumo de farinha, feijão, macaxeira, peixe, mandioca, cuscuz, batata

doce, caju, coco, ata, murici. Os pratos mais consumidos são cambica (mingau feito de batata doce e leite de coco), peixe frito com tapioca e peixada (peixe cozido com leite de coco, coentro e cebola).

<sup>12</sup> Depoimento dado pelas mulheres do Assentamento Maceió em reunião ocorrida em janeiro de 1993.

Associação, conforme acontecia anteriormente. Segundo justificativa apresentada por Maria Nazaré de Sousa, Presidente da Cooperativa, essa transferência se deu para facilitar a administração, uma vez que:

*prá organizar a produção e a comercialização no Assentamento, quem é legalmente capaz de fazer isso é só a Cooperativa, porque a Associação até mesmo pelos seus estatutos ela é sem fins lucrativos, ela não pode comercializar. (Depoimento de Nazaré Apiques, Março de 1994).*

O fato do Estatuto da Associação Comunitária do Imóvel Maceió (ASCIMA) conter limitações no tocante à comercialização, foi decisivo na definição da criação da Cooperativa de Produção Agropecuária do Imóvel Maceió (COPAIM). Contudo, foi decisão da maioria manter a associação. Ressalte-se que grande parte do quadro de associados da cooperativa e da associação é praticamente comum. Tratando-se ainda da produção nos Campos Comunitários, a orientação técnica<sup>13</sup> é um componente bastante forte, nesses espaços produtivos, em decorrência das exigências feitas pelos órgãos financiadores; e também o controle do trabalho é mais rigoroso uma vez que os custos e riscos que envolvem as culturas que têm um caráter comercial são bem maiores.

*Comunidade, comunitário, comum, coletivo e assentamento* integram o vocabulário utilizado por

camponeses e pescadores no dia-a-dia no Assentamento Maceió; o significado de tais palavras remete a uma teia de relações sociais e políticas que foram construídas e fortalecidas no processo de luta pela terra.

*Comunidade* significa para eles, o conjunto formado por todas aquelas famílias, solidarizadas no trabalho familiar, nos campos e nas hortas comunitárias, nos roçados, bem como nas celebrações e festas<sup>14</sup>. *Comunitário, coletivo e comum* remetem à apropriação e ao usufruto, em comum, da natureza e dos bens e serviços, em detrimento dos interesses particulares; já *Assentamento* é a área que eles ocupam, *é o imóvel* e refere-se à delimitação territorial, tendo, portanto, uma conotação jurídica.

A terra, como a principal fonte de atividades produtivas, e as relações de parentesco são elementos fundamentais para a compreensão de como fortaleceu-se o sentimento comunitário no Assentamento Maceió. Associados à terra e às relações de parentesco, coloca-se, na mesma escala de importância para uma análise mais acurada, a própria atuação da Igreja Católica, através do trabalho desenvolvido junto àquele grupo social, por intermédio de suas pastorais progressistas. Essas pastorais, utilizando-se de músicas e poesias, denunciam, com freqüência a controvertida prática de alguns católicos proprietários de terras e a situação de expropriação a que está submetida a maioria da sociedade brasileira:

*Tem gente com muita terra  
Outros não tem pra morar  
Quem tem muita nem arrenda  
Para o pobre trabalhar*

<sup>13</sup> A preocupação com a orientação técnica se faz presente nas normas para financiamento através do PROCERA: "Artigo 12 - As atividades de assistência técnica deverão ser beneficiários e em busca do desempenho de duas funções básicas junto aos projetos de assentamento, ambas a serem implementadas de forma coordenada: a) de caráter técnico-econômico, diretamente vinculada à formulação, execução e acompanhamento das ações e atividades relacionadas à estruturação econômica das unidades produtivas; b) de caráter técnico-social, relacionada com o estímulo, apoio e assessoramento às famílias beneficiadas, visando a melhoria de suas condições de vida, especialmente nos aspectos de habitação, saneamento, educação, nutrição e organização comunitária". *Programa Especial de Crédito Para a Reforma Agrária*. Brasília: MIRAD, 1991, p. 12.

<sup>14</sup> "Comunidade designa qualquer corpo social mais ou menos importante (matrimônio, família, parentesco, tribo, povo, Estado, associação, igreja, seita e até uma fábrica ou uma empresa) somente quando os vínculos de seus membros, uns em relação aos outros, são de tal forma primordiais e sólidos que qualquer litígio que a vida possa ocasionar entre seus membros se eleve além desse vínculo que nunca é posto em dúvida". SCHILLING, Kurt. *História das Idéias Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974, p. 53.

*Mais quando chega na missa  
É o primeiro a comungar<sup>15</sup>.*

Alguns depoimentos acerca do processo produtivo, permitem-nos constatar que as práticas de solidariedade já existiam no Assentamento Maceió desde o tempo dos *mais antigos*, tendo se consolidado durante os embates com os primeiros *patrões* e, posteriormente, com a entrada do empresário Tasso Jereissati naquelas terras. As referidas práticas, expressas por meio de mutirões e outras atividades, fazem parte de um código costumeiro, próprio das sociedades camponesas, conforme vários estudos têm demonstrado. O que, neste caso, é singular, é a construção de uma unidade política que se consubstanciou no processo de luta pela terra e que perdura até o presente, apesar de algumas crises manifestadas especialmente nas últimas eleições.

O "sentimento comunitário"<sup>16</sup> que nasceu e solidificou-se no processo de luta pela terra, não se baseou em nenhum modelo previamente planejado, mas teve como princípios básicos os ensinamentos bíblicos.

*Tudo que existe aqui fomos nós que fizemos; por isso é que a gente quis se segurar na Bíblia, e eu poderia até citar alguns textos bíblicos, como por exemplo o Pentateuco, Gêneses, entre outros textos bíblicos que a gente pegava assim e lia e tinha como ponto básico de nossa caminhada. O certo é que, com a luz do Evangelho, e eu digo isso com segurança, nós estamos aqui e, por isso, quando eu digo seguro, é porque nós conseguimos nosso objetivo e o nosso objetivo que me refiro foi permanecer numa terra onde a gente nasceu, se criou e quis ter como nosso ponto de permanência. E conseguimos, graças a Deus! (Depoimento de Benedito, Bode, janeiro de 1993).*

Afirmativas como essas, feitas por Benedito e por seus companheiros, revelam a força adquirida através dos rituais de fé, tais como celebrações, caminhadas, missas, entre outros; ocasiões em que, além de rezar, são discutidos também problemas políticos.

Por outro lado, fica claro que as pressões exercidas pela Empresa Agropecuária Arvoredo Ltda., para que os moradores vendessem suas fruteiras e casas, levou-os a uma atitude de descompromisso com o novo patrão, resultando em boicotes e enfrentamentos: "e eles deixavam um monte de madeira e a gente queimava. Um dia a gente tocou fogo na madeira e veio um caminhão de polícia" ou,

*hoje a gente quer estrada, mas naquele tempo a gente tinha medo de deixar fazer a estrada. Por várias vezes a Comunidade se reuniu para impedir as máquinas de trabalhar na estrada... Uma vez foram só as mulheres para impedir o trabalho das máquinas. (Depoimento de Sezinha. Córrego da Estrada, janeiro de 1992).*

Em outras ocasiões, os moradores não ousaram enfrentar os patrões e, por muitas vezes, entregaram a última produção de farinha de que dispunham como forma de pagamento da renda da terra, sem que recorressem à justiça.

Uma outra questão que contribuiu para fortalecer o *sentimento comunitário*, foi a constatação da fragilidade de um confronto em nível individual diante da superioridade do inimigo com suas máquinas. Os camponeses contam que se espalhou nas Comunidades, na época do conflito, um boato de "que o Tasso tinha uma máquina que não precisava de motorista e que ia mandar o trator derrubar as casas" No imaginário daqueles camponeses, *o Tasso* com suas máquinas, tinha uma superioridade que só a força de Deus poderia vencer: "e a gente rezava, a gente rezava e era constante; a nossa força era de Deus e graças a Deus a nossa luta foi abençoada!"

Por todas as questões que até aqui pude registrar, concernentes ao uso da terra, creio que o trabalho e a Terra Comunitária no Assentamento Maceió

<sup>15</sup> Poesia de autoria de Nazaré membro da Comunidade de Apiques.

<sup>16</sup> Ouvi o seguinte depoimento do Sr. Manoel Assis, membro da comunidade Jacaré: " se eu pudesse, até a chinela que calço tinha escrito o nome comunidade; assim, por onde eu passasse, deixava a minha mensagem"

devam ser analisados a partir de *seus* referenciais históricos<sup>17</sup> e da sua realidade interna. Não pretendo, com isso, negar as semelhanças que existem entre este e outros casos como as Terras de Índio, Terras de Preto e Terras de Santo, e até a Terra Coletiva organizada sob a direção do MST. Entretanto, acho fundamental explicitar as particularidades inerentes a este caso.

Tal como é interpretada por alguns autores que consideram a terra comum no Brasil resultante de processos históricos<sup>18</sup>, no caso em discussão, destaco a forma de usufruto comum da terra e dos demais recursos naturais no Assentamento Maceió, engendrada num momento de crise como estratégia de auto-defesa:

*Outra coisa que a gente descobriu; ninguém mais dizia meu; tudo quanto existia aqui dizia nosso ! Então o cara chegou aqui ele queria saber quem era o dono pra indenizar. Quando ele chegou num roçado tinha 30 homens...*

*- De quem é esse roçado?- É nosso!*

*- Não, mais ele tem dono, o nome do dono...*

*É nosso! Então nós começamos a usar a palavra o nosso e assim ninguém nunca pôde identificar quem era o dono.*

*- Quem é o chefe aqui da Comunidade?*

*- Ninguém, é nós !*

*- Mas quem é mesmo que dirige aqui?*

*- É nós! Então Nós começamos a usar a palavra nós e esse nós nunca apareceu o eu, porque quando aparece o eu é mais perigoso, né? Era só o nós nessa época. (Depoimento de Nazaré, Apiques, janeiro de 1992).*

A solidariedade e as práticas comunitárias já compunham o quadro de valores desses camponeses antes do conflito com os grileiros. Eram práticas comuns entre eles a troca de dias de trabalho e a realização de mutirões. São exemplos disso, as derrubadas, os encoivamentos, as queimadas, as sementeiras, as limpas e colheitas feitas conjuntamente por motivações de amizade, parentesco ou compadrio. Porém, diferentemente do que ocorre nas Terras de Preto e nas Terras de Índio, o uso comum da terra no Assentamento Maceió, não se deu em decorrência de questões étnicas, porém teve, antes, como elemento fortalecedor das relações de solidariedade, as relações de parentesco. Tais relações são importantes na definição das estratégias até mesmo de ocupação do território. O exemplo mais expressivo da força que os laços de parentesco expressam é a organização dos quintais.

É importante ressaltar que os dados estatísticos sobre a produção agrícola do Assentamento Maceió revelam, até 1992, um percentual maior da produção individual para a maioria dos produtos cultivados. Com a liberação dos dois empréstimos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE I e II), através do Banco do Nordeste, ocorreu um aumento da produção nos campos comunitários. Mas será esta a questão mais importante para entender o sentido da terra comunitária ?! Penso que a auto-definição de comunidade, enfatizada em todos os momentos do nosso contato, pode ser compreendida, especialmente pela liberdade com que aqueles camponeses usam toda a terra para o plantio, e pela solidariedade que os une.

Outra questão que contribui para fortalecer o sentimento comunitário é o respeito ao trabalho e à liberdade<sup>19</sup>, que, no caso do Assentamento Maceió,

<sup>17</sup> Os processos históricos a que me refiro são aqueles vivenciados pela própria comunidade no seu cotidiano e que MARTINS, em sua pesquisa sobre São Caetano, denomina Pequena História. "Nela, o tempo e o espaço não podem ser separados. Por isso é uma história local. A história do cotidiano não tem sentido quando separada do cenário em que se desenrola". MARTINS, José de Souza. Subúrbio. São Paulo: Hucitec, 1992, p. 13.

<sup>18</sup> Refiro-me, de forma especial, aos trabalhos das antropólogas ANDRADE, Maristela de Paula. *Terra de Índio Terra de Uso Comum e Resistência Camponesa*. São Paulo: USP, 1991 (mimeogr.); e GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *A Dimensão Política da Cultura Negra no Campo uma luta muitas lutas*. São Paulo: USP, 1990 (mimeogr.).

<sup>19</sup> Segundo MOURA, "ser livre significa estar voltado às exigências da produção da vida da própria família". MOURA, Margarida Maria. "Liberdade e Igualdade: Reflexões Sobre Campesinato Sertanejo e Política" In: *Cadernos CERU*, nº 03, Série II, 1991.

antecede a preocupação com a posse individual da terra. Os cajueiros, coqueiros, mangueiras entre outras árvores, são propriedades daqueles que as cultivam; daí os camponeses ressaltarem sempre ser-lhes impossível acatar a idéia de divisão da terra, por não ter como fazê-lo sem prejudicarem-se e sem prejudicar muitos dos seus companheiros. Como concentrar numa faixa de terra individual as atividades de cada uma daquelas famílias? Como fazê-lo sem apropriar-se do trabalho alheio, uma vez que costumam cultivar seus roçados onde querem? Como ficariam os Campos Comunitários? Como ficariam aqueles que recebessem os lotes menos férteis? Estas são as principais questões que os moradores levantam para justificar a resistência frente à proposta de titulação individual, feita, algumas vezes, pelo INCRA: "e hoje só uma pessoa, que não tem juízo é que pensa em dividir a terra; só quem for doido!":

*o fato que a gente decidiu que essa terra não deve ser dividida e que tem que ser terra comum é dado em vista o nosso caso aqui do Bode, do Maceió, do Humaitá. São três comunidades, são comunidades que eu moro aqui, Anaíde mora aqui, Zé Chiquita mora aqui e cada comunidade, cada família onde mora, tem lá os seus coqueiros, os seus cajueiros, que é o que nós chamamos de benfeitorias. Se eu tenho que me deslocar, praticamente eu perco o que eu fiz; eu perco prá alguém o que eu fiz durante 50, 60 anos. Daí - 1º ponto de vista; 2º é o número de pessoas por família. Sabe que cada município tem o seu módulo, o nº de hectares de terras, Itapipoca, se não me engano é 10 ha. O aumento da população vai diminuindo a terra. Somos cinco mil e poucos hectares. Se a gente for ver o nº de famílias, vai tocar hoje 3ha para cada família, que aqui, nessa comunidade, prá uma família, prá um casal que não tem nenhum filho, podia a terra dá; mas um pai de família que tem 10, 12 filhos a terra não dá; a terra que tá com 3ha só dá prá um filho, dois. Terceiro é o poder aquisitivo: ninguém aqui é rico, mas a gente sabe que tem pessoa aqui dentro que tem o poder aquisitivo melhor do que outro. Eu tô numa situação ruim hoje, outro acolá que tá numa situação melhor chega prá mim e diz: rapaz, tu tá numa situação meio ruim. Esses 3 ha de*

*terra, tu quer me vender? E vai comprando de um, vai comprando de outro, e termina se tornando um latifundiário depois. Quarto: é que, assim se procedendo, não adiantou se lutar; a gente volta ao que éramos comparados aos outros segmentos, uma vez que eu me torne um latifundiário, tenha tudo em minhas mão e o resto que se dane!!! (Depoimento de Benedito. Bode, janeiro de 1993).*

Inúmeros são os trabalhos realizados por pesquisadores nacionais e estrangeiros sobre as diversas formas de organização do trabalho no campo. Uma gama de denominações e a discussão em torno de sua origem redundaram, no caso brasileiro, num debate nas Ciências Humanas, cujo período mais fértil foram as décadas de 40, 50 e 60 deste século. Para alguns pesquisadores, a origem dos mutirões, principal forma de ajuda mútua no campo brasileiro, decorre da nossa origem indígena; para outros, eles são resultantes das nossas raízes africanas e portuguesas<sup>20</sup> Esse debate trouxe grande contribuição no sentido de resgatar as diversas manifestações de solidariedade no trabalho, existentes nos lugares mais recônditos do Brasil, proporcionando condições para o entendimento de suas semelhanças e diferenças. No interior desse debate, ficou evidenciada a necessidade de se buscar uma visão mais ampla desta questão, pois o que interessava não era simplesmente fazer um levantamento dos nomes que se davam para as diferentes formas de organização do trabalho no campo, interessava buscar entender as motivações para determinadas práticas de ajuda mútua no trabalho. Importante contribuição nesse sentido é dada por GNACARINI, ao comentar a obra *Os Parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Cândido:

*Quanto à instituição social da ajuda mútua, ou do mutirão, refere uma entrevista tomada por Antonio Cândido que 'a ninguém é dado*

<sup>20</sup> CALDEIRA, Clovis. *Mutirão*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.



*recusar auxílio', pois a obrigação é para com Deus e não com as pessoas. Um outro parceiro entrevistado contava que 'antigamente' era o 'tempo da caridade' - justamente por essa 'disposição universal de auxiliar na lavoura a quem solicitasse' nos limites do bairro rural. Não é destarte um ato unilateral, pois envolve retribuição eventual, e é uma forma de cooperação produtiva obrigatória marcada pela sacralização dos vínculos e a ausência de considerações de cunho privado. (GNACCARINI, 1980, p. 138).*

Questões dessa natureza, constatadas por Antônio Cândido e Gnaccarini, permeiam as relações de diversas comunidades camponesas que, segundo SHANIN, "têm freqüentemente mostrado considerável semelhança em diferentes regiões e países do mundo"(SHANIN 1980, p. 47).

As práticas de solidariedade existentes no Assentamento Maceió são, por várias vezes, citadas ao longo deste trabalho; afinal, muitas são as ocasiões em que tais práticas se manifestam. Entendo que elas devam ser compreendidas como herança cultural e como estratégias políticas. O fato de se tornarem um instrumento político, não subtrai os valores culturais que nelas estão subjacentes; muito ao contrário, reforça tais valores.

No litoral do Ceará, é comum entre pescadores e camponeses as várias formas de mutirão e ajuda mútua. Tais manifestações ganham concretude não apenas no trabalho, mas na própria gestão dos recursos naturais, especialmente na gestão da terra. Nas muitas localidades praianas, onde os nativos resistem à especulação imobiliária e ao turismo, é freqüente encontrarem-se grupos sociais que utilizam a terra de forma comunitária. Um exemplo disso é a comunidade de Batoque, localizada no município de Aquiraz, onde a presença forte da especulação imo-

biária não conseguiu extinguir aquela forma de reprodução social<sup>21</sup>

Foi organizando uma série de princípios para gerir a terra por eles *conquistada*, e tendo como fundamento a herança cultural dos seus ancestrais quanto às práticas de solidariedade no trabalho, que os camponeses e pescadores do Assentamento Maceió optaram por trabalhar a terra de forma comunitária. Para garantir a sua reprodução, aprovaram, em assembléia, uma série de normas que norteiam as práticas comunitárias, especialmente no concernente ao uso da terra, entre elas:

*Todo trabalho deve ser combinado na comunidade para defesa ou apoio do mesmo;*

*Participação ativa de todas as comunidades nos trabalhos comunitários;*

*Não aceitar propostas de pessoas de fora, para morar ou trabalhar dentro da área;*

*Ter consciência de que a terra é de todos e não minha;*

*Respeitar o que é de todos;*

*Quem tem propriedade fora da área não pode fazer outra aqui;*

*Não podemos fazer outra propriedade particular além do quinta<sup>22</sup>*

O campesinato se reproduz de diferentes formas no Brasil e a sua expressividade está historicamente inscrita nos diversos movimentos sociais: em Canudos, no Contestado, na Guerrilha do Araguaia, no MST etc. Sua presença se inscreve também na produção agrícola e agropecuária, que é garantidora, em grande parte, do abastecimento interno brasileiro. Seus vários nomes são objeto de muitas polêmicas, *mistificações*<sup>23</sup> e variam de um lugar para outro: agri-

<sup>21</sup> Normas Como Vamos Utilizar Nossa Terra. Quais os Critérios que Temos de Obedecer. Documento escrito em 1987, após a desapropriação feita pelo INCRA.

<sup>23</sup> Segundo SHANIN, camponês é uma mistificação. "Para começar, um camponês' não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo" SHANIN, Teodor. "A Definição de Camponês: Conceituações e desconceituações" In: *Estudos CEBRAP*, nº 26, 1980, p. 44

<sup>21</sup> Segundo D. Odete, Presidente da Associação de Batoque, não há uma delimitação individual da propriedade naquela localidade; o que há é um tipo de acordo quanto ao uso de determinadas áreas. Depoimento feito em dezembro de 1993.

cultores, pequenos produtores, lavradores, trabalhadores rurais.

No Assentamento Maceió, poucas são as ocasiões e as pessoas que se auto-denominam camponeses. Elas se auto-denominam agricultores ou trabalhadores rurais, reconhecem a importância do seu papel social, como produtores de alimento e sabem valorizar a terra como fonte imprescindível, matéria-prima para sua reprodução. Cientes de que querem permanecer na terra onde nasceram e

sempre viveram, ao obter o título da terra, através do INCRA, decidiram, em assembléia, que iriam cultivá-la de forma comunitária e transformaram as grandes áreas, que antes eram de uso exclusivo dos *patrões* em campos comunitários. Decidiram também que teriam direito a uma pequena área (de no máximo 2ha) a fim de fazer os seus quintais, garantindo, com isso, a posse de uma área individual onde plantam as culturas que são do interesse de cada unidade familiar.

### Bibliografia

- ANDRADE, Maristela de Paula. *Terra de Índio Terra de Uso Comum e Resistência Camponesa*. São Paulo: USP, 1991 (tese - mimeogr.).
- CALDEIRA, Clovis. *Mutirão*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.
- CÂNDIDO, Antonio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1987
- CHAYANOV, A. V. *La organizacion de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision. 1974.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: ed. Guanabara, 1989.
- GEORGE Pierre. *Dictionnaire De La Géographie*. Paris: Presses Universitaires, 1970.
- GNACCARINI, José César. "A Resistência à Acumulação: O trabalho como Atividade Lúdica" In: *Latifúndio e Proletariado*. São Paulo: Polis, 1980.
- GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *A Dimensão Política da Cultura Negra no Campo uma luta muitas lutas*. São Paulo: USP, 1990 (tese mimeogr.).
- MARTIN, Isabela. *Os Empresários no Poder*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desportos do Estado do Ceará, 1993.
- MARTINS, José de Sousa. "Introdução" In: *Tempo de Vida e Tempo da História no Mundo Camponês* (Livre-Docência). São Paulo: USP, 1992, (mimeog.).
- MARTINS, José de Souza. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e Violência*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Hucitec, 1986.
- MOURA, Margarida Maria. "Liberdade e igualdade: reflexões sobre o campesinato sertanejo e política" In: *Cadernos CERU* nº 03, série 11, 1991.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Agricultura Camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. "A Luta pela Terra no Ceará" *Anais do IX Encontro Nacional de Geógrafos*. São Paulo: AGB, 1993.
- SANDRONI, Paulo. *Questão Agrária e Campesinato (A Funcionalidade da Pequena Produção Mercantil)*. São Paulo: Polis, 1980.

SHANIN, T. *A Definição de Camponês: conceituações e desconceituações*. São Paulo: Estudos CEBRAP, nº 26, 1980.

SILVA, Sérgio. *Valor e Renda da Terra*. São Paulo: Polís, 1981.

WANDERLEY, Maria de Nazaré. *O camponês: Um Trabalhador Para O Capital*. Brasília, EMBRAPA, nº 26, 1984.

WOLF, Eric. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

